

Formação Econômica do Brasil: Celso Furtado como Historiador Econômico

Flávio Rabelo Versiani
Universidade de Brasília

Jan., 2020¹

I

Quando se pretende cotejar a *Formação Econômica do Brasil* com os achados posteriores da história econômica brasileira, um primeiro ponto a destacar é que Furtado nunca pretendeu que seu livro fosse um relato histórico, mas sim uma proposta de arcabouço analítico, a partir de um enfoque histórico. Visando, essencialmente, lançar luz sobre a evolução da economia brasileira e, em particular — como escreveu em seu livro de memórias de 1985, onde traça, de certa forma, sua trajetória intelectual nos anos que antecederam a redação do livro, — desvendar “as causas do singular atraso” da economia de nosso país. Causas que teriam que ser “desencravadas da história”, para captar “o encadeamento de fatores que perpetuavam o atraso clamoroso da economia brasileira”.² Para tal, escreveu “um livro de análise e não de história”, e tendo sempre, como pano de fundo, o propósito de delinear formas de ação política, para o tempo em que escrevia, pois “o trabalho de teorização em Ciências Sociais é em certa medida uma prolongação da política” (FO, pp. 215, 226).

Por outro lado, o arcabouço de análise proposto na *Formação* partiu de constatações, ou suposições, sobre fatos da história econômica brasileira. Fatos que seriam examinados, como ele escreveu, “aproximando acontecimentos em áreas diversas e tempos distintos”; para o que seria preciso “abarcando a realidade complexa com imaginação e submetê-la em seguida a tratamento analítico.” (FO, pp. 215, 67).³ Pode-se dizer então que o livro contém, de fato, um relato histórico, explícito ou implícito, como base da estrutura analítica aí proposta; nesse sentido, pode-se dizer que Furtado foi um historiador. O que permite levantar uma indagação: dado que o conhecimento sobre a história econômica brasileira avançou muito desde a década de 1950, como é evidente,

¹ O texto beneficiou-se dos comentários de Edmar Bacha e de participantes do Seminário “Celso Furtado e os 60 anos da Formação Econômica do Brasil” (São Paulo, 6-8/11/2019), os quais não têm, obviamente, responsabilidade pelo produto final.

² Furtado (1985, p.67). Daqui por diante, esse livro (*A Fantasia Organizada*) será citado como FO.

³ Sua ênfase na imaginação, como base de uma construção analítica (que Eugênio Gudin criticava: FO, p.67), faz lembrar a concepção de Karl Popper sobre a metodologia do conhecimento científico: novas teorias, visando solucionar novos problemas, não decorrem de um processo indutivo, mas “require a leap of the imagination” (Magee, 1975, p.26). Furtado certamente não se referia a Popper, cujas ideias a respeito só tiveram difusão ampla após a publicação em inglês de seu livro *The Logic of Scientific Discovery*, em 1959.

até que ponto tais avanços afetariam aquela estrutura de análise? Modificando-a, ou mesmo tornando insubsistentes alguns de seus elementos? A busca de uma resposta ampla a tal indagação vai muito além do alcance do presente texto; o que se exporá, a seguir, são apenas algumas reflexões pontuais sobre esse tema.

Antes de prosseguir, é interessante lembrar um fato que atesta a grande influência que o livro exerceu, desde sua primeira edição. É que, contrariamente aos propósitos do autor, a *Formação* é muitas vezes citada como fonte histórica — e até mesmo por historiadores. Dois exemplos. No capítulo sobre Demografia das *Estatísticas Históricas do Brasil*, por Clotilde A. Paiva, José A.M. de Carvalho e Valéria M. Leite, a estimativa da população do Brasil para 1700, 300.000 habitantes, é atribuída a Furtado (IBGE, 1990, p.30). Esse dado está na nota 69, cap. 13 da *Formação*, sem citação de fonte, mas pode-se verificar que os números aí mencionados vêm da *História Econômica do Brasil*, de Roberto Simonsen (1977, p.271, n.2). Simonsen, por sua vez, transcreveu nessa nota estimativas, baseadas em várias fontes, de Félix Contreiras Rodrigues, em *Traços da Economia Social e Política do Brasil Colonial* (1935, pp.31-34). Ou seja, a estimativa da população no início do século XVIII não foi de Furtado, mas ganhou força com o prestígio de seu nome. Em outra passagem da *Formação* (capítulo 8, nota 51), Furtado fez uma conjectura, “a título de curiosidade”, quanto ao valor, em dólares de 1959, do nível de renda *per capita* na economia açucareira em seu auge, no final do século XVI e início do XVII, com base em hipóteses quanto ao valor da produção e ao número de habitantes — ressaltando que “comparações a longo prazo de rendas monetárias — com base no valor do ouro — careçam quase totalmente de expressão real”. Contudo, um historiador do porte de Evaldo Cabral de Mello citou esse valor sem qualquer ressalva, como um dado histórico (E.C. de Mello, 2002, p. 80).⁴

II

A tese geral da *Formação* é que a economia brasileira, centrada desde o período colonial em atividades produtivas voltadas ao comércio externo, não tivera acesso, por diferentes razões, a ganhos de produtividade que pudessem deslanchar um processo sustentado de crescimento econômico. Ganhos esses associados principalmente à indústria, vista como a grande fonte de inovações técnicas que propiciem aumentos de produtividade e, portanto, crescimento do produto *per capita*. Como o Brasil apenas se

⁴ Todas as citações da *Formação* (daqui por diante, FEB), são da 14ª edição, de 1976.

industrializara tardiamente, atrasara-se quase um século, quanto ao crescimento econômico, em relação a países como os Estados Unidos, que pôde beneficiar-se do extraordinário salto de produtividade originado na Revolução Industrial do século XVIII. Só em finais do século XIX, com a prosperidade do café abrindo caminho para a industrialização, as perspectivas da economia brasileira teriam começado a mudar.

Em seu tratamento da economia açucareira dos séculos XVI e XVII, nos capítulos iniciais da *Formação*, Furtado a situa — como o fizera antes Caio Prado Jr., na *Formação do Brasil Contemporâneo* — no contexto mais geral da expansão do comércio europeu. E lança uma indagação: por que a grande prosperidade do setor açucareiro, no período em que a produção brasileira era dominante no mercado mundial, não deu origem a um desenvolvimento sustentado da economia colonial? (Foi justamente para pôr em relevo o dinamismo daquele período que Furtado fez a estimativa de renda *per capita* acima citada, que indicaria um nível de renda superior ao da Europa contemporânea, e ao do Brasil em qualquer outra época, até quando escrevia). A explicação proposta refere-se, em linhas gerais, ao modelo keynesiano simplificado de determinação do produto. A exportação gerava um fluxo de renda, apropriada inteiramente pelos proprietários de engenhos; o gasto de consumo daí derivado destinava-se principalmente à compra de produtos importados, já que a alimentação, o sustento de escravos, e serviços eram providos na maior parte pela mão de obra escrava, sem originar dispêndio monetário internamente. O outro gasto autônomo, o investimento, significava também, essencialmente, compras no exterior, de equipamento para o engenho e importação de trabalho escravo; edificações, a instalação da maquinaria e a formação do canavial eram feitos com uso da força de trabalho escravizada, sem gasto monetário. Supõe-se, implicitamente, que as terras eram obtidas por doação de sesmarias. Nessas circunstâncias, “[o] fluxo de renda se estabelecia, portanto, entre a unidade produtiva, considerada em conjunto, e o exterior.” (FEB, p.50), sem exercer um efeito multiplicador sobre a economia local, sem estimular, assim, o desenvolvimento de outras atividades produtivas, o que propiciaria trocas internas, especialização, aumentos de produtividade. Furtado conclui que a economia açucareira poderia crescer, com expansão da demanda no exterior, mas decairia, com a redução dessa demanda, como ocorreu a partir de meados do século XVII.

Nesse raciocínio o autor não leva em conta a demanda por gado, tanto como bem de consumo, para alimentação, quanto como bem de investimento, os animais de tração necessários no engenho. O desenvolvimento da pecuária é tratado separadamente no livro, como se verá abaixo.

Comentado [RLM1]: Leva mas é pequena a despesa. Minimiza muito o mercado interno.

A explicação do não desenvolvimento da economia nordestina depois do auge do açúcar era inovadora, e foi dos argumentos mais influentes do livro.⁵ Embora a estilização da economia açucareira na *Formação* tenha aspectos problemáticos, como se verá a seguir, é uma explicação convincente, pois a hipótese de que tanto os gastos de consumo quanto os de investimento consistissem majoritariamente de importações é certamente uma generalização adequada.

O quadro da economia do açúcar traçado por Furtado incluía também argumentos que se mostraram frágeis, posteriormente. Uma questão importante é o papel dos produtores no negócio do açúcar: Furtado supôs uma completa separação entre o lado da produção, os senhores de engenho nordestinos, e o lado da comercialização, que estaria sob o controle de mercadores europeus, especialmente os de Flandres. “A partir da metade do século XVI a produção portuguesa de açúcar passa a ser mais e mais uma empresa em comum com os flamengos”. Estes não só teriam dominado a distribuição do produto, como participado “no financiamento das instalações produtivas no Brasil bem como no da mão de obra escrava.” (FEB, pp.10,11). Os agentes da produção de açúcar, nos séculos XVI e XVII, não teriam qualquer influência sobre os rumos da economia açucareira (o que contrastaria com os empresários do café, no século XIX):

As fases produtiva e comercial estavam rigorosamente isoladas [na economia açucareira], carecendo os homens que dirigiam a produção de qualquer perspectiva de conjunto da economia açucareira. As decisões fundamentais eram todas tomadas na fase comercial. Assim isolados, os homens que dirigiam a produção não puderam desenvolver uma consciência clara de seus próprios interesses. (FEB, cap. 20, p.115).

A relevância da participação de flamengos ou holandeses no comércio do açúcar, nesse período, e principalmente no seu refino, é clara (v., por ex., Galloway, 2005, cap. 4). Mas a ideia de um papel passivo dos produtores no Brasil, em relação a comerciantes no exterior, é difícil de sustentar, diante de pesquisas posteriores. No caso de Pernambuco, onde se concentrava a maior parte da produção, Gonsalves de Mello evidenciou a importância da atuação, no negócio do açúcar, de cristãos-novos vindos de Portugal para o Brasil, tanto atraídos pela prosperidade desse negócio, quanto fugindo dos rigores da

⁵ Como o indica, por exemplo, a apreciação desse argumento por Fernando Henrique Cardoso (2013, pp.209-10): “[A] explicação do funcionamento da economia do açúcar, feita por Furtado, não encontra precedente em nossa historiografia”. Furtado mostrou “como e por que o fluxo de renda da economia colonial percorria o circuito fechado que, ao mesmo tempo em que a tomara peça do mercado internacional, estrangulava-a na dependência comercial e financeira e estiolava seus efeitos locais pela concentração de renda em poucas mãos.”

Inquisição, instituída em Portugal a partir de 1536.⁶ Segundo o historiador, os cristãos-novos não só eram os principais agentes do negócio de exportação, nesse período, como muitos se tornaram também produtores:

O comércio de exportação de açúcar de Pernambuco estava majoritariamente nas mãos de cristãos-novos e estes em conexão com as judiarias de Amsterdam e Hamburgo. Muitos eram também senhores de engenho [...]. (A.G. Mello, 1996, p.26).

Mello aponta, também, a provável participação de cristãos-novos no financiamento da instalação de engenhos, já que eram, claramente, “detentores de capitais” (*ibid.*, p.9). Há evidência de que diversos deles emprestavam a juros para senhores de engenho, ou eram arrematadores da arrecadação do dízimo.⁷

Também na Bahia, cristãos-novos foram senhores de engenho, alguns passando de comerciantes a produtores (Schwartz, 1985, pp. 165-66). Essa passagem de uma atividade a outra era, aparentemente, comum, e muitas vezes o senhor de engenho era, ao mesmo tempo, exportador, fazendo uma integração vertical de seu negócio (E.C. Mello, 1997, pp. 417-18; Johnson, 1992, p. 257; Schwartz, 1985, p. 165). Tudo indica que a noção de um isolamento entre produção e comercialização é incorreta.

Esses fatos têm implicações quanto a dois argumentos de Furtado sobre a economia açucareira. Nos capítulos 8 e 9, apresenta-se a ideia de que teria havido um controle da produção de açúcar, conduzido pelos comerciantes exportadores (com “excepcional habilidade”, FEB, p.46), para evitar uma superprodução que fizesse cair os preços (a analogia com os programas de “valorização” do café, no século XX, vem logo à mente). A possibilidade de uma produção excessiva decorre das estimativas de Furtado quanto ao lucro e à capacidade de reinvestimento do senhor de engenho típico. À parte o fato de que essas estimativas sejam provavelmente exageradas (Johnson, 1992, pp. 272 e ss.), chama atenção o fato de que um controle da oferta exigiria, necessariamente, uma ação coordenada, seja dos exportadores, seja dos produtores, ou de outra forma surgiria o clássico problema do “carona”, familiar aos estudantes dos cursos introdutórios de Economia. O controle da oferta seria vantajoso para todos, nas condições supostas por Furtado, mas não para cada um dos exportadores (e produtores). Mas esses eram muitos, cada um deles com pouca influência na oferta total. Nessas circunstâncias, o

⁶ A julgar pelo número de engenhos, cerca da metade da produção de açúcar na colônia, entre 1570 e 1630, vinha de Pernambuco (incluindo Itamaracá), e uma quarta parte da Bahia. Número de engenhos em Johnson, 1992, quadro às pp.244-45.

⁷ A arrecadação desse tributo era em geral delegada a particulares, que ofereciam uma quantia global em troca do direito de recolherem para si o imposto, por certo período, comumente três anos. Só quem tinha grande capacidade financeira podia se habilitar a tanto.

comportamento “racional” de cada um será buscar a maximização de sua venda (ou produção), prevalecendo o interesse individual sobre o coletivo. Certamente o número de exportadores era grande: Gonsalves de Mello (1996) lista pelo menos quatro dezenas, em Pernambuco, cristãos-novos ou não. E igualmente o de produtores: em 1623, havia 116 engenhos em Pernambuco e Itamaracá, e 137 se se incluem os da Paraíba; destes, a grande maioria era de engenhos pequenos ou médios, que respondiam por 70% da produção. (A.G. Mello, 1981, p. 25; E.C. Mello, 1997, p. 419). O quadro para a Bahia não seria diferente.

Ou seja: seria praticamente impossível que comerciantes (ou produtores) se articulassem para restringir a oferta externa de açúcar. A hipótese furtadiana de um controle da produção não é aceitável. E de fato esse controle não seria necessário, já que, como se sabe agora, a estrutura produtiva do açúcar era muito mais complexa, e a lucratividade média dos engenhos muito mais variada do que suposto na *Formação*. Ao contrário da imagem de uma classe de grandes proprietários solidamente estabelecida, como na estilização de Furtado, verificou-se que os engenhos trocavam de mãos frequentemente, sugerindo instabilidade econômica (E.C. Mello, 1997, pp.421 e ss.; E.C. Mello, 2007, p.82; Schwartz, 1985, pp.96-97). Pode-se afirmar seguramente que a hipótese de que a produção de açúcar pudesse duplicar a cada dois anos (FEB, cap.8, n.54) não corresponde à realidade de então.

Outro ponto é a comparação entre os empresários do açúcar e os do café, no capítulo 20. Aqueles, como vimos, não teriam, para Furtado, “uma consciência clara de seus próprios interesses”, já que a economia açucareira seria essencialmente controlada, de fora do país, pelos comerciantes exportadores. Os senhores de engenho, assim isolados, teriam gradativamente “involuído numa classe de rentistas”, vivendo dos rendimentos de um patrimônio herdado. Contrariamente ao caso dos cafeicultores: com a grande expansão do café, especialmente a partir de 1870, teria emergido uma nova classe de empresários, caracterizada por sua experiência comercial, já que “em toda a etapa da gestação [da economia cafeeira] os interesses da produção e do comércio estiveram entrelaçados” (FEB, p. 115).

Essa comparação, no entanto, parece envolver um anacronismo. Há indicações de que os produtores de açúcar, no período em que a produção brasileira era dominante no mercado mundial, não só estavam estreitamente relacionados com a parte comercial do negócio, como visto acima, como também mostraram dinamismo na adoção de inovações técnicas, trazendo aumentos de produtividade. Um caso sempre citado é a difusão, ao

redor de 1610, da moenda de três cilindros verticais, em substituição à anterior de dois cilindros horizontais, o que reduzia o custo da moagem da cana, pois requeria menos mão de obra, e aumentava a eficiência da produção: “o trabalho é mais rápido, mais bem feito, e a instalação é mais barata” (Mauro, 1997, p.268). A inovação aparentemente é de origem chinesa, trazida à América por jesuítas, embora haja controvérsia na literatura a esse respeito (Galloway, 2005, pp. 73-75, 207). Segundo Frei Vicente do Salvador, o uso do novo sistema propagou-se rapidamente, forçando os senhores de engenho a adotá-lo, para enfrentar a concorrência; e teria sido a causa do aumento do número de engenhos verificado nas duas décadas seguintes, em várias capitanias — apesar de o preço do açúcar estar em queda, talvez mesmo em consequência daquele aumento (Salvador, 1954 [1627], pp. 332-34; Johnson, 1992, p. 250).⁸

Outra inovação desse período, provavelmente iniciada no Brasil, foi a introdução de um processo mais eficiente na manufatura do açúcar: em lugar de uma só tacha para fervura do caldo de cana, uma bateria de tachas, pelas quais o caldo passava sucessivamente. O que dava continuidade ao processo de fervura, facilitando o aumento da produção (Galloway, 2005, pp. 76-77; Gama, 1983, p.165).

Assim, se se comparam empresários do açúcar e do café em fases de prosperidade de ambas as produções (o que é certamente mais adequado), o contraste proposto na *Formação* perde força: os primeiros parecem tão progressistas quanto os segundos. Não teria sido por falta de espírito empresarial que os produtores de açúcar deixaram de investir, mas sim pela redução das oportunidades de investimento.

A “involução” dos senhores de engenho em rentistas é um fenômeno importante; a explicação proposta por Furtado pode ter um alcance talvez maior do que ele próprio lhe atribui. O argumento, exposto nos capítulos 8 e 9 da *Formação*, é que, depois de feito o investimento para a instalação do engenho, incluindo os equipamentos, a plantação de cana, o gado de tração e a força de trabalho escrava, o custo de produção de açúcar seria baixo no curto prazo, já que o principal elemento de custo variável, a matéria prima, era provida no próprio engenho, assim como o sustento dos trabalhadores escravizados (este um custo fixo⁹). Os gastos monetários se restringiriam principalmente à compra de lenha, como combustível, uma despesa vista como pouco importante. Nessas circunstâncias,

⁸ Nas palavras de Frei Vicente: “Que aproveita fazer-se tanto açúcar se a cópia lhe tira o valor, e dão tão pouco preço por ele que nem o custo se tira?” (*op. cit.*, p. 334).

⁹ Lembrar que a distinção aqui é entre custos variáveis, que aumentam ou diminuem proporcionalmente à quantidade produzida, e custos fixos, que não guardam relação com a produção. Os escravos, evidentemente, tinham que ser mantidos houvesse ou não produção.

mesmo havendo forte baixa no preço de venda do açúcar — como ocorrido a partir de meados do século XVII, com o desenvolvimento de produção concorrente nas Antilhas — seria ainda possível manter o engenho em produção, desde que a receita de venda superasse o reduzido custo variável.¹⁰

Caindo muito os preços, contudo, o excedente da receita de venda sobre o custo variável poderia diminuir a tal ponto que muitos senhores de engenho não teriam recursos para cobrir os gastos de reposição do equipamento (e da mão de obra escrava). Esses engenhos perderiam então, aos poucos, sua capacidade produtiva, entrando em decadência, e podendo, no extremo, deixar de produzir. Isso “em benefício [daqueles] que apresentavam condições mais favoráveis de terras e transporte” (FEB, p. 62) — ou, pode-se acrescentar, mais habilidade de seus proprietários em administrá-los. Haveria, assim, tendência à formação de grupos distintos de produtores: os beneficiados com melhores condições, quanto a custos ou gerenciamento, mantendo-se à tona; e os menos favorecidos, beirando a falência, e eventualmente falindo: os engenhos de “fogo morto”. Com o que a produção tendia a concentrar-se no primeiro grupo.

O contraste entre a relativa prosperidade de uns e a decadência de outros é uma característica da economia açucareira que pode ser observada ainda em períodos bem posteriores. (Como notou Furtado, a economia açucareira da região não sofreu mudanças substanciais ao longo do tempo, mas “resistiu mais de três séculos [...] sem sofrer grandes mudanças estruturais”; FEB, p. 53). No século XIX e início do XX, a coexistência de engenhos relativamente prósperos, ao lado de outros que apenas sobreviviam, e eventualmente decaíam — sem que seus proprietários perdessem o *status* e a sobrançeria de um senhor de engenho — era facilmente observável, e foi bem retratada na literatura nordestina, como na obra de José Lins do Rego. Um senhor de engenho em decadência é, por exemplo, o Coronel Lula de Holanda, em *Menino de Engenho* (que reaparece depois em *Fogo Morto*): seu engenho, tomado pelo mato, já não produz; mas ele é admirado e respeitado, com sua carruagem, seus modos distintos e sua posição de

Comentado [RLM2]: Despesas elevadas lenha, gado, alimentos incentiva o mercado interno.

¹⁰ As escassas evidências documentais sobre o custo de produção de açúcar, nesse período, sugerem que o peso dos custos variáveis nos custos totais era de fato pequeno, algo como 10% a 15% (Mauro, 1997, pp.279-286). E nesses custos predominavam os do item “Combustíveis”; quanto aos demais (com exceção do item “Diversos”, menos relevante), pode-se supor que seriam basicamente custos não relacionados à quantidade produzida, como a reposição de escravos por morte (*ibid.*, p. 283). Também nos dados examinados por Schwartz (1985, p.221, table 8-4), originários de fonte diferente, os combustíveis são, pelo que se depreende, a maior parte dos custos variáveis.

Presidente da Câmara, por vizinhos mais bem-sucedidos, como o Coronel José Paulino, dono de vários engenhos.

Furtado fez uma caracterização um tanto caricata desses senhores de engenho em declínio: “rentistas ociosos, fechados num pequeno ambiente rural, cuja expressão final será o patriarca bonachão que tanto espaço ocupa nos ensaios dos sociólogos nordestinos do século XX”; e não levou a ideia adiante (FEB, p. 115). Mas pode-se argumentar que as diferenças de comportamento entre esses produtores envolvidos em rentistas, e outros mais produtivos, iluminam características importantes da economia e da sociedade nordestinas.

O inglês Henry Koster, que viveu em Pernambuco entre 1809 e 1820, viajou muito pelo Nordeste e foi, ele próprio, senhor de engenho em Itamaracá, assim distinguiu o comportamento dos senhores de engenho brasileiros, descendentes de antigos proprietários, do de proprietários europeus (portugueses) chegados ao Brasil:

I have observed that, generally speaking, Europeans are less indulgent to their slaves than Brazilians; the former [...] require from the poor wretches more labour than they can perform, whilst the latter allow the affairs of their estates to continue in the way in which it has been accustomed to be directed. (Koster, 1816, p. 390).

Essa diferença, para o autor, seria fácil de explicar:

The European has probably purchased part of his slaves on credit, and has during the whole course of his life made the accumulation of riches his chief object. The Brazilian inherits his estate, and nothing urges him to the necessity of obtaining large profits, he continues the course that has been pointed out to him by the former possessors. His habits of quietude and indolence have led him to be easy and indifferent [...]. (*ibid.*).

Para Koster, o comportamento que atribui aos brasileiros era o mais comum, naquele período e região:

The avaricious spirit which deliberately works a man or a brute animal until it is unfit for farther service, without any regard to the well-being of the creature, which is thus treated as a mere machine [...], is however seldom to be met with in those parts of the country which I visited. (*ibid.*).

Essa mesma avaliação da preponderância de senhores de engenho rentistas, no Nordeste do século XIX, foi feita mais tarde por Joaquim Nabuco, em sua autobiografia:

Os engenhos do Norte eram pela maior parte pobres explorações industriais, existiam apenas para a conservação do estado do senhor, cuja importância e posição se avaliava pelo número de seus escravos. Assim também se encontravam ali, com uma aristocracia de maneiras que o tempo apagou, um pudor, um resguardo em questões de lucro, próprio das classes que não traficam. (Nabuco, 2001[1900], p. 184).

A distinção entre senhores de engenho ávidos de riqueza e aqueles que não davam muita importância ao lucro aparece também em Gilberto Freyre, e é elemento central de seu conhecido e muito debatido argumento sobre a benignidade relativa do trato de

escravos no Brasil. Os do segundo grupo seriam os agentes dessa atitude benévola para com seus escravos. Citando Koster, Freyre concorda que havia donos de escravos que os tratavam como máquinas, “mas havia também os que consideravam seus negros pessoas e não máquinas nem apenas animais de trabalho”; e estes, como Koster e Nabuco haviam asseverado, “foram talvez o maior número.” (Freyre, 1996[1936], p. 525). O tratamento “mais doce” do escravo seria fenômeno típico da sociedade patriarcal, especialmente no Nordeste:

A civilização do açúcar no Nordeste criou nesta região brasileira [...] o seu tipo de aristocrata, o seu tipo de escravo, o seu sistema regional de relações entre senhores e escravos. Estas tudo indica que foram mais doces nos engenhos — sobretudo nos grandes, onde os escravos eram numerosos e passavam de pai a filhos — do que nas minas, do que no Pará, do que entre os paulistas. (Freyre, 1937, p. 137).

Assim, a análise dos custos de operação do engenho, por Furtado, oferece, de certa forma, uma racionalização para a tese de Freyre sobre o tratamento de escravos, no Nordeste patriarcal. Os senhores de engenho que, com o açúcar em baixa, podiam apenas cobrir o custo variável de produção, sem estímulo para investir, passavam, gradualmente, de geração em geração, de empresários a rentistas. Ou seja, vivendo à custa do rendimento de investimentos feitos no passado, por seus pais, avós, bisavós. E com isso envolvendo (evoluindo? depende do ponto de vista) para uma categoria social diferente: de indivíduos afidalgados, pouco ou nada afetos à parte comercial do negócio do açúcar, com “pudor de questões de lucro”, embora procurando manter um nível de vida compatível com o que julgavam ser sua posição na sociedade (alguns mal o conseguindo, como o Coronel Lula de Holanda). E, principalmente, não perdendo o *status* de senhores de engenho, pois, como já dissera Antonil, “[o] ser senhor de engenho é título a que muitos aspiram, por que traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos.” (Antonil, 1982[1711], p.75).

Em tais circunstâncias, esses novos aristocratas se desinteressavam da administração direta de suas propriedades — “simples rotina executada por feitores e outros empregados”, como escreveu Furtado (FEB, p. 115). E, pode-se supor, não se preocupariam muito com a produtividade da operação do engenho, sendo pouco exigentes quanto ao rendimento da mão de obra escravizada. Tendendo, por conseguinte, a um uso restrito de métodos coercitivos para com os escravos — chicote, gargalheira, o tronco, — como instrumento de maximização da produção.

Colocada dessa forma, a tese de Gilberto Freyre perde muito de seu lado polêmico (ou talvez todo ele). Pode-se especular que a oposição, às vezes veemente, que tal tese

suscitou, decorra, em boa parte, do estilo muito pessoal dos textos de Freyre, onde, segundo Darcy Ribeiro, “é sempre o escritor, o estilista, quem comanda a escritura.” E ainda: “o que irrita a muitos críticos e molesta a outros tantos é justamente esta qualidade literária dos textos de Gilberto; são as concessões que o cientista faz ao escritor [...]”. Ele “em muitos casos exagera, exorbita, fantasia, com uma liberdade artística que nenhum escritor hirsuto se consentiria.” (Ribeiro, 1986, pp.115,116). Certamente irritaram a muitos afirmativas como a de que, sob senhores de engenho nordestinos ou estancieiros gaúchos “tutelares”, os escravos fossem “quase pessoas da família”. Ou a de que o escravo, no Brasil, “sempre que tratado paternalmente por senhor cuja superioridade social e de cultura ele reconhecesse, foi indivíduo mais ou menos conformado com seu *status*.” (Freyre, 1996[1936], pp. 282, 524). Extirpada de floreios de estilo, no entanto, a ideia de uma escravidão relativamente “branda” torna-se mais compreensível — inclusive por recurso à análise de Furtado.¹¹

Comentado [RLM3]: Não sei se podemos falar em graus de benignidade da escravidão

III

Nos capítulos 10 e 11, Furtado analisa o desenvolvimento da pecuária no interior do Nordeste, para abastecimento da área açucareira. Ele chama a atenção para o fato de que, depois do decréscimo da demanda por gado consequente ao declínio da exportação de açúcar, a atividade criatória tenha adquirido um caráter autônomo, podendo expandir-se independentemente da existência de um mercado para sua produção. Dessa forma, o Sertão pôde absorver o incremento da população, mais do que o litoral açucareiro, o que é atribuído ao fato de que a oferta de alimentos seria pouco elástica na área litorânea, enquanto no interior o próprio gado, que se reproduzia naturalmente, era artigo de alimentação.

O crescimento populacional do Sertão nordestino, e o relativo isolamento dessa área do resto do país, por longo período, são, certamente, fenômenos da maior relevância. Crescimento que tornaria o Sertão, como Furtado assinalou anos mais tarde, na região semiárida mais povoada do mundo (Furtado, 1998, p.16). E isolamento que foi dramatizado por Euclides, n’*Os Sertões*:

[D]e repente, acompanhando a celeridade de uma marcha militar, demos de frente, numa volta do sertão, com aqueles desconhecidos singulares, que ali estão — abandonados — há três séculos [os sertanejos]. (Cunha, 1963[1902], p.93).

¹¹ Sobre a tese de Freyre diante da economia do escravismo, v. Versiani, 2007.

Mas a explicação acima, baseada em elasticidades da oferta de alimentos, parece insuficiente. Seria necessário considerar que, nas extensas fazendas de gado, admitir moradores adicionais teria custo de oportunidade próximo de zero; e haveria vantagem em fazê-lo, não apenas como trabalhadores, mas também como agentes de proteção e defesa, “nas milícias particulares dos grandes proprietários”, como observou Caio Prado (1981[1942], p.284). Principalmente quando se considera que a expansão da pecuária nordestina provocou violenta reação dos indígenas da região, que viam seu *habitat* crescentemente invadido — o que deu origem à chamada Guerra dos Bárbaros, em finais do século XVII e início do XVIII, com vasto morticínio de índios (Puntoni, 2002). E nada faz supor que a oferta de alimentos na área do açúcar fosse inelástica, quando se sabe que, ainda no século XIX, os engenhos tinham em geral muito mais terras do que as ocupadas pelo canavial (Koster, 1816, p.560). Por outro lado, os senhores de engenho não teriam interesse em admitir moradores adicionais, já que a mão de obra era escrava; só passaram a fazê-lo quando o preço dos escravos subiu, já no século XIX: foram os chamados “moradores de condição”, com obrigação de trabalhar a baixo custo, ou de graça, nos engenhos (Andrade, 1998, p.96).

Mas o ponto central da argumentação de Furtado, nessa passagem, é que a atividade dos trabalhadores da pecuária tinha produtividade muito baixa, sendo sua renda equivalente a um nível de simples subsistência. Constituíam, assim, parte do que ele chamou de “setor de subsistência”, que não se limitava ao Nordeste, mas “se estendia do norte ao extremo sul do país”, como afirmou mais adiante no livro (FEB, p. 120) — quase sempre em fazendas de gado. “Setor” que representou, ao longo da evolução posterior da economia, uma reserva de mão de obra de baixo custo, que pressionaria para baixo os salários em outras atividades.

No século XIX, vários observadores contemporâneos mencionaram essa massa crescente de pessoas livres ocupando uma posição marginal no processo produtivo; para Couty (1988[1881]:102), seriam, em fins do século XIX, cerca de seis milhões de pessoas, metade da população do país. Caio Prado se estende na descrição das características dessa camada “inorgânica”, na *Formação do Brasil Contemporâneo* (Prado Jr. 1981[1942], pp.281-86). Contudo, Furtado foi o primeiro a destacar as importantes consequências desse fenômeno no mercado de trabalho. É uma noção que fora desenvolvida no famoso artigo de Arthur Lewis (1954), que explorou analiticamente as consequências de uma oferta ilimitada de mão de obra no processo de desenvolvimento. Mas Furtado, como

escreveu em 1985 (FO, p.68), já trabalhava com a ideia de uma oferta totalmente elástica de mão de obra, no estudo das economias latino-americanas, cinco anos antes de Lewis. A noção de um “reservatório de mão de obra” na economia de subsistência já aparecera no livro anterior de Furtado, *A Economia Brasileira*, publicado também em 1954 (pp.83 e ss.).

Quando o artigo de Lewis foi publicado — um artigo com grande repercussão na literatura, e que influenciou na atribuição ao autor do prêmio Nobel de Economia, em 1979 — Furtado lamentou, em carta a Juan Noyola, seu colega na CEPAL, que “tendo dedicado mais tempo do que qualquer pessoa ou grupo de pessoas a pensar e investigar nesse campo, encontramos hoje sem nada de real significação para apresentar.” (FO, p.183). Poderiam eles, talvez, ter-se antecipado a Lewis, na modelagem de economias com oferta ilimitada de mão de obra. Mas as normas da CEPAL, deplorava Furtado (*ibid.*), desencorajavam pesquisas e publicações independentes, por técnicos da instituição.

IV

O século XVIII foi um ponto de inflexão: a mineração atraiu centenas de milhares de imigrantes de Portugal, e a atividade mineradora não exigia grandes investimentos. Furtado conjecturou que a renda gerada na economia mineira fosse perto do dobro da gerada no açúcar, nas fases de maior prosperidade de ambas (FEB, pp.43,78); mas, com população livre muito maior no primeiro caso, a renda *per capita* seria aí bem inferior, e certamente melhor distribuída, propiciando um mercado interno significativo. A demanda por alimentos, especialmente gado de corte, e por mulas para transporte, trouxe certo grau de integração econômica entre regiões. Mas a demanda interna não propiciou o desenvolvimento de um setor industrial, o que poderia ter trazido um salto de produtividade e de renda, especialmente se se têm em conta as grandes inovações que surgiram, na segunda metade do século, na fiação e tecelagem de algodão, o setor mais importante da indústria de então. O contraste com os Estados Unidos é marcante: a crer nas estimativas de Maddison (2001, p.90), a renda *per capita* brasileira seria um pouco superior à dos (futuros) Estados Unidos em 1700, mas se reduziria à metade desta em 1820.

A explicação para a não industrialização do Brasil, nesse período, a despeito do estímulo da demanda, seria, para Furtado, o desconhecimento das técnicas de produção fabril, na Colônia. E a razão disso estaria na retração da atividade manufatureira em

Comentado [RLM4]: Período muito curto. Apenas a primeira metade.

Portugal, com a preferência dada à importação de tecidos ingleses, a partir do Tratado de Methuen, em 1703, seguida pela rápida expansão da produção de ouro, nas décadas seguintes. Possibilitando que a importação portuguesa de produtos ingleses mais que triplicasse, entre o lustro anterior ao Tratado e o período do auge da extração de ouro, entre 1735 e 1765; nestas três décadas, Portugal importou da Inglaterra, em valor, cerca de três vezes e meia o que exportou para esse país (vinho, principalmente), sendo o déficit coberto essencialmente por remessas de ouro brasileiro. Como os portugueses importavam tecidos em lugar de produzi-los, não teriam domínio dos processos de sua manufatura.¹²

Se não houve criação de fábricas de tecidos no Brasil, no século XVIII, parece ter havido, por outro lado, um desenvolvimento ativo, especialmente em Minas Gerais, da produção e comercialização de tecidos com técnica artesanal (Holanda, 1985, pp.294,306-307; Arruda, 1986, p.132; Libby, 1997). Um fator favorável a esse desenvolvimento é que, como assinalou Holanda (1985, pp.294-95), as autoridades portuguesas concentravam todos seus esforços, nessa época, na fiscalização e arrecadação de impostos da atividade mineradora; “o comércio, assim como a lavoura e outras atividades de produção, gozariam [...] de uma liberdade de ação, de uma capacidade de iniciativa e expressão própria, que as destacavam vivamente do labor das minas.” (p. 294).

Assim, apesar de todas as tiranias, imposições e violências de que está cheia a história colonial de Minas, o fato de recaírem elas sobre uma única atividade ou sobre os indivíduos que a exercem, vai deixar, por isso, considerável autonomia de movimentos [a outras atividades] que só indiretamente, quando muito, se relacionam com a mineração. (p.295).

Foi só com a crescente decadência da mineração, depois de 1770, que a produção brasileira de tecidos artesanais passou a preocupar as autoridades portuguesas, principalmente pela concorrência que fazia à indústria de tecidos de Portugal, agora novamente impulsionada tanto pela queda na capacidade de pagar importações da Inglaterra com ouro, como pelas políticas de incentivo de Pombal (Silva, 1984, p. 496; Alden, 1984, p.625.). O que deu origem ao famoso Alvará de 1785, restringindo a produção de tecidos na Colônia — o qual teve, contudo, segundo Holanda (1985, p. 307), pouco efeito prático.

Mas pode-se indagar se não teria sido possível, nas décadas de prosperidade da mineração, e pouca ou nenhuma vigilância portuguesa, o estabelecimento de uma

¹² Fonte dos dados: Pinto, 1979, pp.114, 291-93.

produção de tecidos em escala fabril, considerando que havia demanda, e que as economias de escala nessa atividade não são importantes; o investimento não seria de grande monta. E o conhecimento tecnológico talvez não fosse, afinal, um problema incontornável; como o próprio Furtado escreveu, “[h]ouvessem emigrado para o Brasil, como foi o caso dos Estados Unidos, pessoas com capacidade técnica para iniciar atividades manufatureiras, estas teriam surgido e sabido defender-se” (FO, p. 208). Se tivessem existido iniciativas de investimento em fábricas de tecidos, não pareceria difícil promover tal imigração.

A resposta parece estar em Caio Prado (curiosamente, não citado uma única vez na *Formação*, apesar da influência que certamente exerceu sobre a obra de Furtado; ver sobre isso A.T. Furtado, 2000): não havia condições institucionais para investimentos de longo prazo. Prado, na *Formação do Brasil Contemporâneo*, de certa forma antecipou-se à tendência recente de enfatizar obstáculos institucionais ao desenvolvimento econômico, desde a obra pioneira de Douglass North, e mais recentemente por autores como Dani Rodrik ou Daron Acemoglu; e, no caso da América Latina, Engerman & Sokoloff (2012).

Prado destacou, nessa perspectiva, um ponto de grande importância, o caráter extremamente confuso da administração portuguesa no Brasil:

[U]m amontoado [...] inteiramente desconexo de determinações particulares e casuísticas, de regras que se acrescentam umas às outras sem obedecerem a plano algum de conjunto. [...] Órgãos e funções que existem num lugar, faltam noutros, ou neles aparecem sob forma e designação diferentes; os delegados do poder recebem muitas vezes instruções especiais, incluídas em simples correspondência epistolar, que fazem lei e frequentemente estabelecem normas originais, distribuição de funções e competências diferentes das anteriormente em vigor” (Prado Jr., 1981[1942], p.300).

Em meio a esse caos normativo, cada governador de capitania acabava tendo considerável autonomia de decisão: “sua competência e jurisdição variaram sempre com o tempo, de um governador para outro, de uma para outra capitania; variaram sobretudo em função da personalidade, caráter e tendências dos indivíduos revestidos do cargo.” (*ibid.*, p. 301). Nessas circunstâncias, tendo as decisões pessoais das autoridades peso às vezes predominante, é claro que não haveria ambiente institucional para iniciativas que exigissem alguma previsibilidade quanto ao futuro — como é o caso de investimentos em instalações industriais, que são feitos tendo em conta, necessariamente, um horizonte de

Comentado [RLM5]: Útil a classificação povoamento e exploração de Prado?

tempo de vários anos. Mudando as autoridades, tudo podia mudar, e frequentemente mudava, com resultados imprevisíveis para um investidor em potencial.¹³

Isto posto, pode-se concluir que, ainda que houvesse conhecimento técnico disponível, o desenvolvimento de indústrias seria inviável, no Brasil do século XVIII.

V

Comparando as economias do Brasil e dos Estados Unidos, no século XVIII e início do XIX, Furtado pôs em evidência dois fatores de superioridade norte-americana, nesse período, contribuindo para explicar a divergência no ritmo de desenvolvimento econômico dos dois países, a partir daí: a grande expansão das exportações dos Estados Unidos, basicamente pelo fato de o Sul do país ter sido o principal fornecedor de algodão para a indústria têxtil inglesa em rápido crescimento; e as condições que possibilitaram a industrialização, principalmente no Norte dos Estados Unidos (FEB, cap.18).

Mas cabe lembrar que a ênfase recente em comparações institucionais veio pôr em relevo outro elemento importante de inferioridade relativa do Brasil, em relação aos Estados Unidos: o desenvolvimento diverso de instituições educacionais, nos dois países. Em seu estudo da evolução da educação brasileira, no bojo do seu amplo painel sobre a cultura de nosso país, Fernando de Azevedo ressaltou o caráter elitista da educação colonial, quase inteiramente a cargo dos jesuítas, nos dois séculos de sua presença no Brasil. Era um ensino dirigido a uma minoria, concentrado em letras clássicas, retórica, filosofia; nada voltado ao mundo prático, nada relacionado ao sistema produtivo (Azevedo, 1996[1945], Parte Terceira, cap.1). Situação que não se modificou essencialmente após a Independência; no século XIX, ele apontava “o descaso pela educação popular e profissional, a mentalidade dominante, literária e retórica tanto quanto escravocrata”, suscitando “uma minoria de letrados e eruditos e uma enorme massa de analfabetos” (*ibid.*, pp.562-63). Para Azevedo, os portugueses, “ao contrário do colono inglês e protestante da América do Norte, não trouxeram, com o ideal religioso, o da instrução [...]” (*ibid.*, p. 516). Ele destaca a ênfase do protestantismo no livre-exame — e, portanto, na necessidade de estudo da Bíblia, — o que pode ter contribuído para um “ideal de instrução” entre os colonizadores dos Estados Unidos. Em contraste com “o apego ao dogma e à autoridade”, avesso a um “espírito de análise e de crítica”, no catolicismo da Contrarreforma (*ibid.*, pp.506-08).

Bem mais importante terá sido, no entanto, a diferença entre as formas de organização da produção que presidiram a colonização, nos dois casos, e seus efeitos a longo prazo sobre as instituições educacionais dos dois países — na linha da argumentação desenvolvida por Engerman & Sokoloff (2012). As tarefas da agricultura de exportação não exigiam qualquer

¹³ Sobre essa questão, v. Versiani (2018, pp.24-26).

instrução formal, certamente não para a mão de obra escrava, e mesmo para a generalidade dos colonos brancos (“portugueses e filhos de portugueses quase sem instrução nenhuma, analfabetos uns, semi-analfabetos na maior parte”, como escreveu Gilberto Freyre, 1981[1933], p.299). A consequente baixa demanda por instituições educacionais, ao longo do período em que prevaleceu essa estrutura produtiva, tem certamente relação com o quadro desfavorável da evolução histórica da educação brasileira traçado por Azevedo.

Ao contrário, bem cedo se desenvolveu um sistema educacional, especialmente de educação primária, nas colônias inglesas da América do Norte (Engermann & Sokoloff, 2012, cap.5). O que pode ser relacionado à forma de exploração econômica, baseada em pequenas propriedades agrícolas, dando origem a especializações regionais, comércio, um mercado interno significativo (Mueller, 2006). Trocas, comércio, requerem um domínio mínimo de leitura, de escrita e das quatro operações; haveria, em consequência, desde o início da colonização, demanda por instituições de ensino. A vantagem adquirida pelos Estados Unidos sobre o Brasil quanto a esse aspecto, ao fim do período colonial dos dois países, é evidente: “The United States had probably the most literate white population in the world by the beginning of the nineteenth century [...]” (Engerman & Sokoloff, 2012, p. 122). Não é necessário enfatizar a importância disso para o desenvolvimento econômico, diante da enorme literatura sobre o tema, desde meados do século passado (cf. Blaug, 1968, 1969).

VI

Um ponto básico do arcabouço analítico da *Formação* é a distinção entre as características de economias “comerciais” e de economias “industriais”. Isso ficara mais claro na obra anterior de Furtado, *A Economia Brasileira* (1954), onde o tratamento do caso do Brasil (aí se esboçam os principais argumentos depois desenvolvidos na *Formação*) é antecedido de um capítulo teórico. As economias comerciais tinham seu crescimento, a partir do aumento de produtividade propiciado por especializações regionais, dependente da ampliação do mercado, e tendente, historicamente, a um ponto de saturação. Nas economias industriais, ao contrário, os aumentos de produtividade decorrem de inovações no processo produtivo, trazendo aumento de renda e acumulação de capital que podem, em princípio, autoalimentar-se e prosseguir sem limitação. A economia brasileira colonial era tipicamente uma economia comercial (assim como a generalidade das economias latino-americanas), dependente da atividade exportadora, o que não se modificou após a independência política. Seu crescimento econômico estaria condicionado, assim, à existência de produção exportável com mercado expressivo no exterior.

Dentro dessa perspectiva, e com base nas estatísticas disponíveis então, Furtado desenvolveu, nos capítulos 15 a 19 da *Formação*, o argumento de que, entre a decadência da exploração de ouro e diamantes e o pleno desenvolvimento da economia cafeeira (cerca de 1775–1850), a economia brasileira teria estagnado (embora com uma “falsa euforia” no final do período colonial), e o produto *per capita* teria se reduzido, na primeira metade do século XIX.

No caso da mineração, o autor fala numa “rápida e geral decadência”; as regiões mineiras teriam involuído “numa massa de população totalmente desarticulada, trabalhando com baixíssima produtividade numa agricultura de subsistência.” (FEB, pp. 84,86). A forma como esse argumento é apresentado, no capítulo 15, transmite a ideia de que Furtado se refere, não às áreas onde se acharam veios de ouro ou diamantes — aí certamente houve intensa decadência — mas, mais geralmente, às regiões sob influência da mineração (como na comparação que faz com a economia aurífera australiana, na nota 72). Sendo assim, chama atenção o fato de que sua generalização é inadequada: seria preciso separar os casos de Goiás e Mato Grosso, de um lado, e Minas Gerais, do outro. Nas duas primeiras províncias, nada veio substituir a atividade mineradora, e a descrição de Furtado se aplicaria. Mas em Minas desenvolveu-se, desde o início da mineração, principalmente no Sul da província, a criação de gado *vacum* e de porcos, assim como uma produção agrícola relevante. Inicialmente voltadas ao abastecimento da área das minas, essas atividades passaram a ter, antes mesmo do declínio da mineração, um importante mercado consumidor alternativo, no Rio de Janeiro e mesmo em São Paulo (Prado Jr., 1981[1942], pp.57-59,197-202). Não se pode dizer que houve decadência, em Minas Gerais; um influente artigo sobre a economia da província, no século XIX, indica, ao contrário, grande prosperidade.¹⁴

A “euforia” que Furtado menciona, nas últimas décadas do período colonial, tem a ver com o que a literatura mais recente chamou de “renascimento agrícola”, no Brasil: uma expansão acentuada na produção e exportação de vários produtos — açúcar, algodão, fumo, o café tornando-se um item significativo nas exportações, etc. — favorecida por vários fatores: redução de produções concorrentes, como a ocorrida após a revolta no Haiti, ou durante as várias guerras do período; aumentos de produção, em resposta aos estímulos introduzidos por Pombal; e, não menos importante, aumento de demanda na

¹⁴ Martins Filho, Amílcar, e Roberto B. Martins (1983); v. também os comentários de R. Slenes e outros historiadores, em seguida ao artigo.

Europa, trazendo subida em vários preços. Sabe-se hoje bem mais sobre isso do que quando Furtado escrevia; v., por ex., os dados em Alden, 1984, pp.627e ss. E mesmo nas três décadas após a Independência, embora a evolução dos preços de exportação não tenha sido favorável, como Furtado menciona, houve crescimento significativo em quantidades exportadas, e não só do café: o *quantum* de exportações de açúcar, por exemplo, aumentou cerca de 3,5% ao ano, nesse período; em Pernambuco, a quantidade produzida de açúcar cresceu mais, cerca de 4,5% ao ano.¹⁵

Mas a questão mais importante, quanto a esse período de três quartos de século, é que o modelo analítico de Furtado não parece aplicar-se a ele, no sentido de que o nível de atividade econômica, e de renda gerada, não pode ser aferido pelos dados de exportação apenas. Com efeito, há sinais de que o comércio interno, e por consequência a produção para o mercado interno, tenham se expandido de forma importante, nessa fase. O detalhado estudo de Larissa Brown sobre o comércio centrado no Rio de Janeiro, nos trinta anos antes da Independência, mostra que o Rio, tradicionalmente o porto mais importante do comércio exterior, “became the center of a much more complex internal trade network.” (Brown, 1986, p.655). A vantagem, para comerciantes de artigos destinados ao mercado interno, de negociarem por meio de intermediários no Rio de Janeiro, era principalmente o crédito: os setores de comércio externo e comércio interno “were connected through a chain of credit and debit which financed the exchange of commodities and goods in the internal trade system.” (*ibid*, p. 671). Após 1808, muito desse crédito viria de ricos comerciantes portugueses emigrados para o Brasil com o futuro D. João VI (Gorenstein, 1993).

Mas havia também transações que não passavam pelo Rio. No Rio Grande do Sul, por exemplo,

local producers and merchants were able to avoid complete domination by carioca merchant capitalists. [...] Rio Grande charqueadores [...] traded extensively with the northeast as well as with Rio de Janeiro. They sold as much as two-thirds of their charque production to Bahia and Recife [...]. (Brown, 1986, p.666).

A evidência mais clara contra a tese de predominância da produção exportadora, nesse período, são os dados sobre a importação de escravos africanos, que se tornaram disponíveis na década passada.¹⁶ Com efeito, da estimativa agora aceita para o

¹⁵ Taxas de crescimento entre 1821–25 e 1846–50. Fonte dos dados: IBGE, 1986, p.84; Denslow, 1974.

¹⁶ O trabalho original de consolidação de dados sobre o tráfico de escravos para as Américas foi divulgado em Eltis *et al.*, 1999. Aperfeiçoamentos posteriores, que ampliaram muito o conhecimento sobre o volume de tráfico para o Brasil, podem ser consultados na internet: www.slavevoyages.org.

desembarque total de escravos no Brasil, em todo o período escravista, 4,860 milhões, mais da metade (55%) corresponde a cativos chegados entre 1776 e 1850, o suposto período de estagnação: 2,680 milhões. Nesse último intervalo, a importação de escravos se deu em escala crescente, em médias anuais: 25 mil por ano em 1776-1800; 40 mil em 1801-1820, e 42 mil em 1821-1850. É significativo que a média no primeiro desses períodos, 1776-1800, tenha sido bem superior à observada nos três quartos de século anteriores, período do auge da mineração: 18 mil escravos por ano, em 1701-1775.¹⁷

Ora, é difícil conciliar esses dados, que mostram um investimento crescente no que era essencialmente um ativo produtivo, com a ideia de uma economia estagnada. Pode-se buscar ter uma ideia sobre a ordem de grandeza desse investimento com uma comparação. Na década de 1821-1830, quando a entrada de escravos africanos no Brasil atingiu o ápice (52 mil por ano), se avaliarmos o total dos cativos desembarcados (524.300 escravos) pelo preço médio de escravos, entre 15 e 40 anos, registrado em Minas Gerais nessa década, 210 mil-réis (Bergad, 1999, Table E.1, p.268), obteremos um total de cerca de 110 mil contos de réis. É uma avaliação que possivelmente peca pelo excesso, já que é provável que o valor venal de escravos em Minas, refletido nos inventários *post mortem*, a fonte de Bergad, fosse superior aos preços pagos aos traficantes. Mesmo levando isso em conta, impressiona o contraste entre aquele número e o valor total das exportações de mercadorias pelo país, na mesma década: 243.263 contos de réis (IBGE, 1986, p.68) — ou seja, pouco mais do dobro. Não há dúvida de que a compra de escravos significava um investimento de volume muito considerável.

Se as principais atividades exportadoras, com exceção do café, não tinham perspectivas animadoras, na primeira metade do século XIX (como argumentou Furtado), como explicar esse investimento crescente? Serão necessárias mais pesquisas para responder a essa indagação. Mas são muito sugestivas as indicações da evolução do comércio interno de produtos agrícolas, como no estudo de Brown — uma possibilidade não considerada por Furtado, que via como alternativa para as exportações tradicionais, nessa fase, apenas a possibilidade de industrialização, como argumentou no cap. 19.

Não é fácil quantificar o comércio interno, no século XIX; uma possibilidade, que tem sido explorada por alguns pesquisadores, são números da navegação de cabotagem.

¹⁷ Dados de *Voyages* (www.slavevoyages.org), com arredondamento.

Estudo recente sobre a economia escravista de quatro províncias, Pernambuco, Maranhão, Sergipe e Rio Grande do Sul, constatou, principalmente com base em informações dessa origem, a relevância do comércio interno para essas províncias, em particular no caso de Pernambuco e Rio Grande do Sul, concluindo:

[P]arcela substancial da demanda pelos bens produzidos nas províncias aqui estudadas provinha do mercado interno, já na segunda metade do século XIX, bem antes do término da escravidão. Ou seja: já havia, então, um processo relevante de especialização produtiva e de trocas entre regiões, fonte potencial de aumentos de produtividade e de crescimento econômico. (Marcondes *et al.*, 2016, p. 86).

Na mesma direção é a evidência, no caso de Minas Gerais, sobre o crescimento acelerado das vendas de gado vacum e toucinho para fora da província, a partir da segunda década do século XIX (Martins, 2018, Tabela 5.7). Aparentemente, a relevância do mercado de outras províncias para a economia de Minas Gerais, já presente no século anterior, manteve-se, ou mesmo se expandiu, nesse período.

O quadro que se delineia, assim, é de um mercado interno de importância relevante, provavelmente crescente, ao longo do século XIX. O que contrasta com a visão exposta na *Formação*, que associa a formação de um mercado interno com a expansão do trabalho assalariado.

VII

Mas é certo que o peso do mercado interno aumentou substancialmente na segunda metade do século XIX, impulsionado pela expansão do café — analisada nos capítulos 20 a 25 da *Formação* — e estimulado pela difusão do trabalho assalariado. O que abriria caminho para o desenvolvimento da indústria.

A ênfase dada à difusão do trabalho assalariado, no capítulo 26 — onde se expõe o efeito multiplicador dos salários, em contraste com o caso da produção com trabalho escravo — pode ter contribuído para a propagação, em textos de divulgação, como livros didáticos, de uma ideia enganosa: a de que o aparecimento de um mercado interno substancial teria resultado diretamente da abolição da escravatura. Afirma-se mesmo, às vezes, que uma das motivações do movimento pela Abolição seria o fornecimento de mercado para a produção interna. Mas, como o próprio Furtado mostrou, no capítulo 19, a simples transformação de um trabalhador escravizado em assalariado não lhe garantiria aumento de renda real, e de consumo: na região açucareira, onde a exportação declinava, e os salários eram baixos, “seria difícil admitir que as condições materiais de vida dos

antigos escravos [agora assalariados] se hajam modificado sensivelmente, após a abolição [...]” (FEB, p.118). Os dados de Eisenberg (1974, cap. 8) sugerem isso mesmo.

O efeito multiplicador manifestou-se, e a indústria se desenvolveu, ali onde houve crescimento de renda. Como na cidade e estado do Rio de Janeiro, com o benefício da atividade comercial centrada na então capital do país; no Censo Industrial de 1907 estava aí a maior aglomeração de operários industriais, o dobro do número para São Paulo. E com o extraordinário crescimento da produção de café, a partir das décadas de 1870 e 1880, centrado no chamado Oeste paulista: a exportação do produto quase triplicou, entre 1888-90 e 1908-10. Nesse período, a produção cafeeira paulista passou de cerca de 50% para próximo de 70% do total do país, absorvendo um enorme fluxo de imigração: entre 1885 e 1909, chegaram a São Paulo, na maior parte para a lavoura cafeeira, mais de 1.100.000 imigrantes; destes, 66% eram italianos. A maioria dos imigrantes viajou com subsídios governamentais — os quais beneficiavam principalmente os cafeicultores paulistas. Com esse impulso, no Censo de 1920 São Paulo já liderava a indústria, em número de operários e valor da produção.¹⁸

É possível que a imigração tenha trazido, também, um estímulo indireto à economia paulista, sob a forma de “enormes investimentos na construção de casas para os novos colonos [os imigrantes]” (Delfim Netto, 1979[1959], p.17). De fato, observadores contemporâneos registraram intensa atividade de construção em fazendas de várias regiões de São Paulo, no período (Holloway, pp.153-54).

Foram imigrantes, e não ex-escravos, que substituíram rapidamente o trabalho forçado, na cafeeicultura paulista. A explicação dada para isso na *Formação* é um tanto obscura: “[a]s vantagens que apresentava o trabalhador europeu com respeito ao ex-escravo são demasiado óbvias para insistir sobre elas.” (FEB, p.139).¹⁹ Mas os cafeicultores certamente preferiam os imigrantes aos ex-escravos, não porque aqueles fossem especialmente produtivos: reconhecia-se que os imigrantes eram bem menos produtivos do que os escravos haviam sido.²⁰ Mas essencialmente por efeito do ambiente preconceituoso da época: os ex-escravos eram vistos como “insubordinate and unreliable” (Hall, 1972, p.113). E, em consequência, foram empregados apenas como solução

¹⁸ Dados de DGE, 1927, p.XI; IBGE, 1986, pp.17,85; Martins & Johnston, 1992, Apênd. Estat. Sobre o favorecimento a São Paulo no programa de subsídio à imigração, Hall, 1972, pp.106-08; Holloway, 1974, pp.163-64.

¹⁹ Um meu aluno, afrodescendente, classificou de “racista” essa afirmativa...

²⁰ “[O]pinion seems to have been virtually unanimous that immigrants did less work for their employers than slaves did.” (Hall, 1969, p.88).

temporária, enquanto não chegassem os desejados imigrantes; e com remuneração bem inferior à destes (Holloway, pp. 156-159).

VIII

O crescimento da indústria deu um salto na década de 1930, com uma média estimada de incremento anual da ordem de 8%, entre 1930 e 1939, ante 4% na década anterior (IBGE, 1990, tab. 7.4). Tornou-se clássica a interpretação de Furtado do comportamento da economia nesse período, nos capítulos 30 a 32 da *Formação*. A queda na renda de exportação do setor cafeeiro, conseqüente à drástica redução no preço externo do produto, após 1929, foi compensada pela manutenção das compras governamentais, realizadas desde o início do século, no bojo das várias fases do programa de “valorização” do café. O governo teria praticado assim, sem o saber, uma política de sustentação da demanda, que viria a ser elemento básico do receituário de política econômica proposto por Keynes, em seu célebre livro de 1936. Evitando-se a queda na renda, e considerando a grande desvalorização da moeda trazida pela redução no valor das exportações, houve deslocamento da demanda para a produção da indústria nacional, para o que havia capacidade instalada herdada do período anterior. A produção industrial, especialmente no principal setor, o têxtil, pôde assim expandir-se vigorosamente, com o que o produto real, no período da Grande Depressão, tivesse uma redução pouco superior a 5%, voltando a crescer já a partir de 1932 (IBGE, 1990, tab. 4.1, índice de Haddad).

A explicação “keynesiana” de Furtado para os anos trinta foi objeto de críticas e restrições factuais, mas passou o teste de um exame mais detalhado, do ponto de vista da análise macroeconômica (E.Cardoso, 1979), e hoje é vista como a interpretação-padrão do período.

Para Furtado, não teria havido aí apenas um crescimento rápido da indústria: essa década teria presenciado a guinada definitiva em direção a uma economia baseada na produção industrial voltada para o mercado interno. Daí para frente, o investimento visando a demanda interna seria o fator determinante do crescimento do produto, não mais a produção para exportação; estaria mudado o “centro dinâmico” da economia (FEB, cap. 32). “Com o descolamento das atividades industriais do complexo primário-exportador [...] é a partir desse momento que se pode efetivamente falar de industrialização” (FO, p.69).

IX

Em seu conhecido prefácio a uma reedição de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, Antônio Cândido falou da revelação que foram, para os estudantes da década

de 1940, três livros então recentes: além do de Sérgio Buarque, de 1936, *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, de 1933, e *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr., de 1942 (Holanda, 1969[1936], pp.xi-xxii). Revelação principalmente por terem contribuído, de formas diferentes, para dissipar o ranço de fatalismos de raça, geográficos e outros, na interpretação do desenvolvimento histórico do Brasil, muito presentes na obra de intérpretes anteriores. Já para os estudantes da década de sessenta, o impacto do livro de Furtado foi também poderoso. Era uma explicação sintética de nosso passado, desde o período colonial, mostrando as origens de nosso subdesenvolvimento, com o atrativo adicional, para os estudantes de Economia, de manejar conceitos familiares: distribuição de renda, estrutura do consumo, taxa de câmbio, multiplicador. E com uma mensagem otimista — o que contrastava com a *História Econômica do Brasil*, de Caio Prado, que líamos antes, livro que delineava uma perspectiva mais sombria para a economia, à espera de transformações estruturais. A *Formação* nos dizia que já havíamos superado os resquícios do passado colonial; o motor da economia era, agora, o investimento industrial — o qual se expandira a olhos vistos, no período então recente. Restavam, para as próximas décadas, duas tarefas: “completar o processo de industrialização”, para reduzir o peso de importações no investimento, que trazia problemas para o balanço de pagamentos; e “reverter a tendência às disparidades regionais de nível de vida.” (FO, p.214; FEB, cap. 36). Parecia um programa de ação atraente, e talvez factível, para os jovens de então.

Com os olhos da década de 1960, as correções históricas, referidas acima, não alterariam substancialmente o valor explicativo da estrutura analítica proposta por Furtado, quanto à evolução passada da economia. É com o benefício da visão retrospectiva que podemos perceber fissuras naquele modelo.

Um primeiro exemplo pode ser a suposição da baixa elasticidade-renda da demanda pelas exportações de países como o Brasil. Tese proposta primeiro por Prebisch, referida à conhecida Lei de Engel, e que estava na base da ideia da substituição de importações como política aconselhável para os países latino-americanos (v. FO, pp.95 e ss). Suposição aparentemente intuitiva, quando se pensa no caso do café; mas que desenvolvimentos posteriores mostraram ser uma generalização indevida. Nada indica, na experiência recente, que as demandas por carne, ou soja (usada principalmente como ração animal), ou suco de laranja, ou minérios, tenham mostrado baixa elasticidade-renda. E não foi um pressuposto inócua, já que provavelmente esse “pessimismo das elasticidades” influenciou na política econômica brasileira do pós-Segunda Guerra, como

tem sido observado na literatura; política essa que foi desfavorável à diversificação das exportações agrícolas. Nas discussões no âmbito da CEPAL, como refere Furtado (FO, p.134), reconhecia-se a necessidade de diversificar as exportações, para ampliar a capacidade de importar bens de capital, mas essa diversificação era vista do lado das manufaturas: aparentemente não se considerava a possibilidade de diversificar exportações agrícolas.

Outro exemplo, também referente ao setor agrícola, foi a ideia de que haveria uma contraposição entre a produção para exportação e a produção de alimentos para o mercado interno, a primeira sendo vista como obstáculo à segunda. Isso ficou claro na política preconizada para o Nordeste, cuja agricultura, “deformada pela tradição de monocultura imobilizada por um sistema latifundiário”, tornava escassa a oferta local de alimentos; seria necessário reorientar a produção para culturas alimentares (FO, p. 200). A suposição era que uma reforma agrária, além do objetivo de permitir o acesso à terra por agricultores despossuídos, pudesse também aumentar a oferta de alimentos. A partir dessa noção, viu-se com desconfiança, mais tarde, a difusão de produtos de exportação, de grande lucratividade, na área irrigada do vale do São Francisco. Ao contrário, deveria ser privilegiada aí a produção alimentar, já que “todas as zonas do Nordeste são dependentes da importação de alimentos.” (Furtado, 1998, p. 33). Mas, como lembrou Gustavo Gomes (2001, pp.193 e ss.), mais importante do que produzir milho e feijão, com baixa produtividade, é criar renda, para que as pessoas possam comprar tais gêneros onde forem produzidos com maior produtividade e menor preço.

Escrevendo em 1985, Furtado (2019, p.316) insistiu naquele ponto, generalizando-o: a agricultura brasileira estaria “totalmente distorcida, contra o mercado interno”; o aumento do coeficiente de exportação do setor agrícola, mais a produção de cana para álcool, explicariam “o declínio da oferta interna de alimentos.” No entanto, os notáveis aumentos de produção e produtividade na agricultura de exportação, nos anos seguintes, não prejudicaram a oferta de alimentos, bem ao contrário. Como assinalaram Herbert Klein e Francisco Luna (2019, p.132):

It is important to emphasize that Brazil's transformation into a major exporter of agricultural products occurred at the same time as it achieved high levels of production and increased productivity even in traditional food crops. This allowed Brazilian agriculture to adequately supply the domestic market, which in turn led to a systematic fall in local food prices.

Mas pode-se ainda argumentar que tais fissuras, e outras, no modelo interpretativo exposto na *Formação*, não invalidariam as contribuições desse modelo para a compreensão do desenvolvimento anterior da economia brasileira. Olhando para trás,

com a perspectiva de 1959, entende-se melhor o que dizia o autor, pois este também analisava o passado para entender a atualidade. Como argumentou Edward Carr, o historiador, qualquer historiador, olha o passado, necessariamente, sob o prisma das condições e influências que o cercam no presente: “The historian [is] the conscious or unconscious spokesman of the society to which he belongs; it is in this capacity that he approaches the facts of the historical past.” E, em outra passagem: “When you take up a historical work, it is not enough to look for the author’s name in the title page: look also for the date of publication or writing—it is sometimes even more revealing.” (Carr, 1961, pp.42,51).

A *Formação* é, claramente, um livro da década de 1950, período em que, no mundo das ideias, prevalecia a visão “desenvolvimentista”, para a política econômica adequada ao país (em boa parte por influência do próprio Furtado). E, na economia real, era o tempo de uma industrialização rápida, do surgimento de novos setores na indústria, como o automobilístico; do Presidente Kubitschek, que afirmava, em seu programa de governo, ser necessária “uma enérgica política de industrialização, a solução mais eficiente para resolver problemas de um país populoso, com um grande mercado interno em potencial, e dotado de adequados recursos naturais” (*apud* Giambiagi *et al.*, 2005, p.47) — afirmativa que poderia ser tirada de um texto da CEPAL. Era também uma fase em que hipóteses como a da inelasticidade-renda da demanda por exportações agrícolas, ou a de que uma reforma agrária poderia expandir a oferta de alimentos, podiam ser vistas como realistas. E a mudança do “centro dinâmico” da economia, da agricultura de exportação para a indústria, era uma proposição atraente. Naquele contexto histórico, parecia convincente a estrutura analítica proposta por Furtado, e mesmo as perspectivas de futuro delineadas no livro, como visto acima.

Os problemas surgem quando tal estrutura passa a ser vista como estática, um modelo fixo de análise, mesmo se as circunstâncias mudem. E é evidente que mudaram muito, tanto na economia brasileira como na mundial, após a década de 1950.

Uma transformação óbvia foi a que recebeu o rótulo geral de globalização, um incremento acelerado de inter-relações financeiras e de sistemas produtivos, além das fronteiras nacionais, assim como uma internacionalização de padrões de consumo. Tais desenvolvimentos foram vistos, por Furtado e outros, como desfavoráveis para a economia brasileira. Seria nociva a reprodução indiscriminada de formas de consumo de sociedades mais avançadas, face às carências da maior parte da população; e o processo

de globalização “interrompeu o avanço na conquista de autonomia na tomada de decisões estratégicas.” (Furtado em Formiga & Sachs, 2000, p. 312).

Mas transformações são inelutáveis, ao longo do tempo. Novas situações trazem novas questões, exigindo respostas novas, novas políticas, novas teorias, novos modelos de análise. É pertinente, nesse contexto — e para finalizar — lembrar a afirmativa de Furtado, no final de *A Fantasia Organizada* (p.226):

A eficácia de algumas teorias [...] advém exatamente de que surgiram para dar resposta a perguntas precisas, relacionadas com situações que se apresentaram dentro de certo contexto histórico, e por isso são logo superadas.



Referências

- ALDEN, Dauril. 1984. “Late Colonial Brazil, 1750-1808”. Em: Leslie Bethell, (ed.). *The Cambridge History of Latin America*. Vol. 2. Cambridge: Cambridge University Press.
- ANDRADE, Manuel Correia de. 1998. *A Terra e o Homem no Nordeste*. 6 ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE.
- ANTONIL, André João (João Antônio Andreoni). *Cultura e Opulência do Brasil*. 1982[1711]. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. 1986. “A Produção Econômica.” Em: M.B.N. da Silva (coord.). *O Império Luso-Brasileiro, 1750-1822*. Vol. VIII de: J. Serrão & A.H.O. Marques (orgs.). *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Ed. Estampa.
- AZEVEDO, Fernando de. 1996[1945]. *A Cultura Brasileira*. 6ed. Brasília: Ed. UnB.
- BERGAD, Laird W. 1999. *Slavery and the Demographic and Economic History of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BLAUG, M., ed. 1968,1969. *Economics of Education; Selected Readings*. vols.1&2. Balimore: Penguin Books.
- BROWN, Larissa V. 1986. *Internal Commerce in a Colonial Economy: Rio de Janeiro and Its Hinterland, 1790-1822*. Ann Arbor: UMI.
- CARDOSO, Eliana. 1979. “Furtado Revisitado; A Década de 1930”. *Revista Brasileira de Economia* 33(3):373-397, jul./set.
- CARDOSO, Fernando Henrique. 2013. *Pensadores que Inventaram o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CARR, Edward H. 1961. *What is History?* New York: Vintage Books.
- COUTY, Louis. 1988[1881]. *A Escravidão no Brasil*. Trad. M.Rouanet. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Ruy Barbosa.
- CUNHA, Euclides da. 1963[1902]. *Os Sertões; Campanha de Canudos*. 27ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília.
- DELFIN NETTO, Antônio. 1979[1959]. *O Problema do Café no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas.
- DGE - DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. 1927. *Recenseamento do Brasil (1920)*. Vol. V (1ª Parte). Rio de Janeiro.
- EISENBERG, Peter L. 1974. *The Sugar Industry in Pernambuco, 1840-1910; Modernization without Change*. Berkeley: University of California Press.
- ELTIS, David, Stephen D. BEHRENDT, David RICHARDSON & Herbert S. KLEIN (eds.). 1999. *The Trans-Atlantic Slave Trade; a Database on CD-ROM*. Cambridge: Cambridge University Press.

- ENGERMAN, Stanley L. & Kenneth L. SOKOLOFF. 2012. *Economic Development in the Americas since 1500*; Endowments and Institutions. Cambridge: Cambridge University Press.
- FORMIGA, M. & I. SACHS (coords.). 2000. *Celso Furtado, a SUDENE e o Futuro do Nordeste – Seminário Internacional*. Recife: SUDENE.
- FREYRE, Gilberto. 1937. *Nordeste*; Aspectos da Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio.
- FREYRE, Gilberto. 1981[1933]. *Casa Grande & Senzala*; Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal. 21 ed. Rio de Janeiro: José Olympio.
- FREYRE, Gilberto. 1996[1936]. *Sobrados e Mucambos*; Decadência do Patriarcado Rural e Formação do Urbano. 9 ed. Rio de Janeiro: Record.
- FURTADO, Celso. 1954. *A Economia Brasileira*; Contribuição à Análise do seu Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Ed. A Noite.
- FURTADO, Celso. 1976[1959]. *Formação Econômica do Brasil*. 14 ed. São Paulo: Ed. Nacional.
- FURTADO, Celso. 1985. *A Fantasia Organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FURTADO, Celso. 1998. *Seca e Poder: Entrevista com Celso Furtado*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo.
- FURTADO, Celso. 2019. *Diários Intermitentes, 1937-2002*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GALLOWAY, J.H. 2005. *The Sugar Cane Industry; An Historical Geography from its Origins to 1914*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GAMA, Ruy. 1983. *Engenho e Tecnologia*. São Paulo: Liv. Duas Cidades.
- GIAMBIAGI, F., A. VILLELA, L.B. CASTRO & J. HERMANN. 2005. *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- GOMES, Gustavo Maia. *Velhas Secas em Novos Sertões*; Continuidade e Mudança na Economia do Semi-Árido e dos Cerrados Nordestinos. Brasília: IPEA, 2001.
- GORENSTEIN, Riva. 1993. “Comércio e Política: O Enraizamento de Interesses Mercantis Portugueses no Rio de Janeiro (1808-1830).” Em: Lenira M. Martinho e Riva Gorenstein. *Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura.
- HALL, Michael M. 1972. *The Origins of Mass Immigration in Brazil, 1871-1914*. Ann Arbor: UMI.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. 1969[1936]. *Raízes do Brasil*. 5ed. Rio de Janeiro: José Olympio.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. 1985. “Metais e Pedras Preciosas”. Em: Sérgio B. de Holanda, ed., *História Geral da Civilização Brasileira*. v.2. São Paulo: Difel.
- HOLLOWAY, Thomas H. 1974. *Migration and Mobility: Immigrants as Laborers and Landowners in the Coffee Zone of São Paulo, Brazil, 1886-1934*. Ann Arbor: UMI.
- IBGE - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 1986. *Repertório Estatístico do Brasil: Quadros Retrospectivos* (Separata facsimilar do *Anuário Estatístico do Brasil*, Ano V, 1939/40). Séries Estatísticas Retrospectivas, v.1. Rio de Janeiro.
- IBGE - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 1990. *Estatísticas Históricas do Brasil*. 2ed. Séries Estatísticas Retrospectivas, v.3. Rio de Janeiro.
- JOHNSON, Harold. 1992. “Desenvolvimento e Expansão da Economia Brasileira”. Trad. M.F.G. Azevedo. Em: H. Johnson & M.B.N. da Silva (coords.). *O Império Luso-Brasileiro, 1500-1620*. Vol VI de: J. Serrão & A.H.O. Marques (orgs.). *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Ed. Estampa.
- KLEIN, Herbert S. & Francisco V. LUNA. 2019. *Feeding the World; Brazil's Transformation into a Modern Agricultural Economy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KOSTER, Henry. 1816. *Travels in Brazil*. London: Longman, Hurst, Rees & Brown.
- LEWIS, W. Arthur. 1954. “Economic Development with Unlimited Supplies of Labour”, *The Manchester School*, 22:139-191, May.
- LIBBY, Douglas C. 1997. “Notas sobre a Produção Têxtil Brasileira no Final do Século XVIII: Novas Evidências de Minas Gerais.” *Estudos Econômicos* 27(1):97-125, abr.
- MADDISON, Angus. 2001. *The World Economy: A Millennial Perspective*. Paris: Development Centre of the Organisation for Economic Co-operation and Development.
- MAGEE, Bryan. 1978. *Popper*. London: Fontana/Collins.

- MARCONDES, Renato L., Flávio R. VERSIANI, Luís Paulo.F. NOGUERÓL & José Raimundo O. VERGOLINO. 2016. "Inter-relações Econômicas e Trabalho Escravo: Maranhão, Pernambuco, Sergipe e Rio Grande do Sul." Em: Flávio R. Versiani e Luiz Paulo F. Nogueeról (orgs.). *Muitos Escravos, Muitos Senhores: Escravidão Nordestina e Gaúcha no Século XIX*. Brasília: Ed. UnB.
- MARTINS FILHO, Amílcar & Roberto B. MARTINS. 1983. "Slavery in a Nonexport Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited." *Hispanic American Historic Review* 63(3):537-568, Aug.
- MARTINS, M. & E. JOHNSTON. 1992. *150 Anos de Café*. 2ed. Santos: Martins & Johnston.
- MARTINS, Roberto B. 2018. *Crescendo em Silêncio; A Incrível Economia Escravista de Minas Gerais no Século XIX*. Belo Horizonte: ICAM.
- MAURO, Frédéric. 1997. *Portugal, o Brasil e o Atlântico, 1570-1670*. v.1. Trad. M. Barbosa. Lisboa: Ed. Estampa.
- MELLO, Evaldo Cabral de. 1997. *Rubro Veio; O Imaginário da Restauração Pernambucana*. 2ed. Rio Janeiro: Topbooks.
- MELLO, Evaldo Cabral de. 2002. *Um Imenso Portugal; História e Historiografia*. São Paulo: Ed. 34.
- MELLO, Evaldo Cabral de. 2007. *Olinda Restaurada; Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 3ed. São Paulo: Ed. 34.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. 1981. *Fontes para a História do Brasil Holandês*. 1. A Economia Açucareira. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. 1996. *Gente da Nação; Cristãos-Novos e Judeus em Pernambuco, 1542-1654*. 2ed. Recife: Ed. Massangana.
- MUELLER, Bernardo P.M. 2006. "A Evolução Histórica dos Direitos de Propriedade sobre Terras no Brasil e nos EUA". *História Econômica & História de Empresas* 9:24-42.
- NABUCO, Joaquim. 2001[1900]. *Minha Formação*. Brasília: Senado Federal.
- PINTO, Virgílio Noya. 1979. *O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português; Uma Contribuição ao Estudo da Economia Atlântica no Século XVIII*. 2ed. São Paulo, Ed. Nacional.
- PRADO JR., Caio. 1959[1945]. *História Econômica do Brasil*. 5 ed. São Paulo: Brasiliense.
- PRADO JR., Caio. 1981[1942]. *Formação do Brasil Contemporâneo; Colônia*. 17ed. São Paulo: Brasiliense.
- RIBEIRO, Darcy. 1986. "Gilberto Freyre: uma Introdução a *Casa Grande & Senzala*". Em: *Sobre o Óbvio*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara.
- RODRIGUES, Félix Contreiras. 1935. *Traços da Economia Social e Política do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Ariel Editora.
- SALVADOR, Frei Vicente do. 1954[1627]. *História do Brasil (1500-1627)*. 4ed. São Paulo: Ed. Melhoramentos.
- SCHWARTZ, Stuart B. 1985. *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society; Bahia, 1550-1835*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SILVA, André M.-D. 1984. "Portugal and Brazil: Imperial Re-organization, 1750-1808." Em: Leslie Bethell (ed.). *The Cambridge History of Latin America*. Vol. 1. Cambridge: Cambridge University Press.
- SIMONSEN, Roberto C. 1977[1937]. *História Econômica do Brasil (1500/1820)*. 7ed. São Paulo: Ed. Nacional.
- VERSIANI, Flávio Rabelo. 2007. "Escravidão 'Suave' no Brasil: Gilberto Freyre Tinha Razão?" *Revista de Economia Política* 27(2) (106): 163-183, abr./jun.
- VERSIANI, Flávio Rabelo. 2018. "The Colonial Economy". Em: Edmond Amann, Carlos Azzoni e Werner Baer (eds.). *The Oxford Handbook of the Brazilian Economy*. New York: Oxford U. Press.
- Voyages: *The Trans-Atlantic Slave Trade Database*. <http://www.slavevoyages.org>. Acesso em 3/1/2020.